

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 17/08/2017.

SARA MEXKO

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições da Psicanálise de
Freud e Lacan e do Materialismo Histórico**

ASSIS

2017

SARA MEXKO

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições da Psicanálise de
Freud e Lacan e do Materialismo Histórico**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a obtenção
do título de Mestra em Psicologia (Área de
Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador(a): Prof. Dr. Abílio da Costa Rosa
Co-Orientador(a): Prof. Dr. Silvio José Benelli
Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (Capes)
Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo (FAPESP), processo n°
2015/01099-6.

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

M611p Mexko, Sara
Psicologia e assistência social: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico / Sara Mexko. Assis, 2017.
128 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista
Orientador: Dr. Abílio da Costa Rosa
Co-Orientador: Dr. Silvio José Benelli

1. Psicologia. 2. Assistência social. 3. Política social. 4. Psicanálise. I. Título.

CDD 150
368.4

SARA MEXKO

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições da
Psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras - UNESP/Assis para a
obtenção do título de Mestrado Acadêmico em
PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 17/02/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

r//Jrt{ A

Presidente Prof. Dr. ABILIO **D STAI** ESP/ASSIS

Membros: Prof. Dr. MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE - UERJ/RIO DE JANEIRO

Profa. Ora. ISABEL FERNANDES DE OLIVEIRA- UFRN/NATAL

Aos trabalhadores – e trabalhadores em formação – do campo da Assistência Social. Que possamos ter o olhar crítico e o desejo de lutar para construir um mundo melhor para todos nós.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, em especial, ao professor Abílio da Costa Rosa, meu orientador, por ter aceitado o desafio de estar comigo nesta caminhada chamada mestrado, pelas supervisões que possibilitaram um rico aprendizado, pela disponibilidade, dedicação e paciência. Também agradeço, em especial, ao professor Silvio José Benelli, meu coorientador, por ter confiado em mim, pelo incentivo, pelas ricas contribuições teóricas e pelo cuidado que sempre teve comigo. Não tenho dúvidas de que nossa parceria tripla foi essencial para que eu pudesse chegar ao final de jornada. Espero poder repetir a parceria com ambos nos próximos caminhos a serem trilhados por mim.

Agradeço aos professores Isabel Fernandes de Oliveira e Marco José de Oliveira Duarte por aceitarem o convite para a banca e pelas preciosas contribuições ao meu texto. Certamente pude aprender muito com vocês!

Aos participantes do LATIPPSS pelas ricas contribuições nas discussões de textos que enriqueceram meu conhecimento e pelos agradáveis momentos que compartilhamos.

Aos trabalhadores do município onde fiz a inserção institucional, por aceitarem partilhar comigo o trabalho na Assistência Social. Um obrigada especial a psicóloga Mariana.

À minha mãe por continuar a ser meu porto seguro e minha amiga. Mãe, teu apoio e cuidado foram imprescindíveis. Agradeço também a minha avó, ao meu tio Zé e ao meu Biel.

Ao amigo Maico Fernando Costa pela companhia e incentivo desde antes do mestrado até o presente momento, pela amizade e parceria.

Ao amigo Waldir Périco pelas empolgantes discussões teóricas e pelo incentivo.

Ao amigo e intercessor do meu texto, William Azevedo de Sousa. Tuas críticas, apontamentos e sugestões foram valiosíssimos!

Aos amigos mestrando e doutorando com quem tive o prazer de dividir as discussões teóricas em sala de aula e as conversas (às vezes divertidas e às vezes angustiadas) fora dela.

Ao amigo Cledione Jacinto Freitas pela amizade e pelo colo quando me foi necessário.

À Roberto Duarte de Santana por me lembrar que a vida vai muito além dos estudos.

Ao amigo Eurípides pela sugestão e empréstimo de textos.

À Victor Schmidt por deixar os meus dias mais doces.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio financeiro à pesquisa, processo nº 2015/01099-6.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro em um primeiro momento do mestrado.

[...] Queremos um país onde não se matem crianças
que escaparam do frio, da fome, da cola de sapateiro.
Onde os filhos da margem tenham direito à terra,
ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança,
às histórias que povoam nossa imaginação,
às raízes da nossa alegria.
Aprendemos que a construção do Brasil
não será obra apenas de nossas mãos.
Nosso retrato futuro resultará
da desencontrada multiplicação
dos sonhos que desatamos...
(PEDRO TIERRA, 1994)

MEXKO, SARA. **PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições da Psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

Resumo: Nosso objetivo principal foi pensar o que pode fazer um psicólogo precavido pela Psicanálise de Freud e Lacan e pelo Materialismo Histórico de Marx no campo da Assistência Social. Partimos do Dispositivo Intercessor como um novo meio de produção de saber na práxis comum (trabalho) e meio de produção de conhecimento na práxis universitária. O Dispositivo Intercessor parte de dois momentos de produção radicalmente diferentes: o momento da práxis institucional junto aos sujeitos e no coletivo de trabalho, e o momento da reflexão teórica, produzida a posteriori, sobre as vivências, movimentos e produções de intercessor realizadas no primeiro momento. Os referenciais teóricos éticos que subsidiam os dois momentos são: o Materialismo Histórico de Marx, a Análise Institucional francesa, a Filosofia da Diferença e a Psicanálise do campo de Freud e Lacan. Esses referenciais nos oferecem a possibilidade de tanto analisarmos as práticas e os discursos do campo da Assistência Social como também de interceder nele. Apresentamos uma reflexão sobre a Política Nacional de Assistência Social e acerca do Sistema Único de Assistência Social traçando alguns paralelos com o Sistema Único de Saúde. Em seguida, abordamos a instituição Assistência Social enquanto um dispositivo social de produção de subjetividade, destacando que há uma relação de indissociabilidade entre a produção de atenção assistencial e a produção de subjetividade. Abordamos, também, as bases do Dispositivo Intercessor e seus dois momentos, e apresentamos um pouco de nossa práxis enquanto trabalhadora-intercessora, mais especificamente nossas reflexões acerca dos acontecimentos, atravessamentos, impasses e movimentos como psicóloga atuando em estabelecimentos assistenciais em um município de pequeno porte do interior do Estado de São Paulo. Em nossa vivência pudemos realizar a escuta em contextos diferentes da clínica tradicional, como por exemplo, rodas de conversa com sujeitos e trabalhadores. A psicanálise do campo de Freud e Lacan oferece ao trabalhador um referencial teórico e ético que possibilita a escuta do sujeito para além do sujeito de direitos, isto é, a escuta do sujeito do inconsciente.

Palavras chave: Psicologia. Assistência Social. Política Social. Psicanálise do campo de Freud e Lacan, Materialismo Histórico.

MEXKO, SARA. **PSYCHOLOGY AND SOCIAL ASSISTANCE: contributions of Freud and Lacan's Psychoanalysis and of Historical Materialism**. 2017. 128 f. Dissertation (Master's Degree in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

Abstract: Our main objective was to think what a psychologist can do in the field of Social Assistance with the guidance of Freud and Lacan's Psychoanalysis and Marx's Historical Materialism. We started from the Intercessor Device as a new way of producing knowledge in the common praxis (work) and a way of producing knowledge in the university praxis. The Intercessor Device starts from two radically different moments of production: the moment of institutional praxis with the subjects and in the collective work, and the moment of theoretical reflection about experiences, produced a posteriori, movements and productions of intercessors accomplished in the first moment. The ethical theoretical references that support the two moments are: Marx's Historical Materialism, French Institutional Analysis, the Philosophy of Difference and the Freud and Lacan's Psychoanalysis Field. These references seek us a point of view about both practices and discourses of the field of Social Assistance as well as a mode of interceding on it. We introduce a reflection on the Social Assistance National Policy and on the Unified Social Assistance System for tracing some parallel aspects of the Unified Health System. Then, we approach address the Social Assistance institution as a social device of subjectivity production, noting that there is a relationship of inseparability between the production of care and the production of subjectivity. We also approach the bases of the Intercessor Device in its two moments, and we present a little about our praxis as a worker-intercessor, but specifically our reflections on events, crossings, impasses and movements as a psychologist working in assistance centers in a small city in the country of the State of São Paulo. In our experience we were able to listen in different contexts of the traditional clinic, such as, for example, conversation wheel with people and workers. The psychoanalysis of the field of Freud and Lacan offers the worker a theoretical and ethical reference that makes possible the listening of the subject beyond the subject of rights, this is, the listening of the subject of the unconscious.

Keywords: Psychology; Social Assistance; Social Policy; Psychoanalysis of the field of Freud and Lacan; Historical Materialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Composição dos quatro lugares da estrutura do discurso como laço social

Figura 2: Os quatro discursos como laços sociais propostos por Lacan

LISTA DE SIGLAS

AE – Aparelho de Estado
AI – Análise Institucional
AIE – Aparelho Ideológico de Estado
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
DA – Discurso do Analista
DH – Discurso da Histeria
DI – Dispositivo Intercessor
DIMPC – Dispositivo Intercessor como meio de produção de conhecimento
DM – Discurso do Mestre
DU – Discurso da Universidade
ESF – Estratégia Saúde da Família
IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões
LA – Liberdade Assistida
LBA – Liga Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MCP – Modo Capitalista de Produção
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCFA – Paradigma Caridoso Filantrópico Assistencialista
PEH – Processo de Estratégia de Hegemonia
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSD – Paradigma do Sujeito de Direitos
PSE - Proteção Social Especial
PT – Partido dos Trabalhadores

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

ENSAIO 1

1. A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS A UMA INTERCESSÃO-PESQUISA	22
1.1 Introdução.....	22
1.2 O Modo Capitalista de Produção e a emergência da “questão social”	23
1.3 A criação da Assistência Social por parte do Estado.....	26
1.4 A construção da Política Nacional de Assistência Social no Brasil	28
1.5 PNAS: breves apontamentos críticos sobre seus princípios e diretrizes	33
1.6 O SUAS: alguns apontamentos críticos.....	40
1.7 A questão da seleção das famílias incluídas nos projetos sociais e no programa de transferência de renda.....	44
1.8 A organização da AS por níveis de complexidade: as Proteções Sociais.....	46
1.9 A Vigilância Socioassistencial e as práticas assistenciais	53
1.10 Produção social de qualidade de vida e uma nova ordem governativa da cidade	56
1.11 Considerações finais	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

ENSAIO 2

2. A INSTITUIÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DISPOSITIVO SOCIAL DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.....	66
2.1 Introdução.....	66
2.2 A instituição como palco de lutas sociais	68
2.3 Consistência.....	71
2.4 Acerca do funcionamento institucional	74
2.5 As contradições na instituição	75
2.6 As funções produtivas da instituição Assistência Social.....	77
2.7 O intermediário necessário e suas formas de intermediação	81

2.8 Considerações Finais	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

ENSAIO 3

3. O PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO DISPOSITIVO INTERCESSOR NA PRÁXIS E NA UNIVERSIDADE	90
3.1 Introdução.....	90
3.2 Questões introdutórias acerca do dispositivo intercessor	91
3.3 O Dispositivo Intercessor como práxis do intercessor no campo: o trabalhador- intercessor	92
3.4 Apresentando o campo de inserção e seus movimentos.....	96
3.5 O Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento na universidade: o intercessor-pesquisador	101
3.6 Qual o lugar do psicólogo precavido pela psicanálise na AS?	105
3.7 Os discursos com laços sociais de produção na Assistência Social	111
3.8 Considerações finais	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
 CONSIDERAÇÕES GERAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho encontrou-se em fase de finalização exatamente no momento em que começamos a nos preocupar quanto ao que será da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) daqui em diante. Há pouco mais de dez anos teve início a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa política, enquanto forma de intervenção estatal no enfrentamento das expressões da questão social, necessita ser entendida como uma política específica, mas que compõe o conjunto das políticas sociais brasileiras – Educação, Saúde, Habitação, Assistência Social (AS) e Previdência Social. Essas, desde 1990 até os dias atuais, têm sido alvo da contra-reforma neoliberal adotada pelos governos nas últimas três décadas.

Com o golpe político-jurídico, organizado por partidos políticos da direita, que culminou no afastamento da na época presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), partido um tanto sensível a questões sociais e que investiu na implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não temos clareza de quais impactos afetarão a vida de trabalhadores e sujeitos (nomeados usuários). O SUAS não é reconhecido enquanto tal por grande parte da população brasileira. Diferentemente do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Educação que, caso deixem de existir ou sofram uma grande restrição poderá ter como efeito uma forte reação popular reivindicando sua manutenção, o SUAS ainda precisa ser mais apropriado pela população enquanto um direito social.

Preocupa-nos não apenas o risco de uma retração do SUAS, mas também os impactos que podem acontecer com a diminuição de outras políticas sociais de modo a comprometer a qualidade de vida da população. Algumas mudanças já foram efetivadas pelo Presidente ilegítimo, Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), tais como a revisão de auxílio doença e de aposentadoria por invalidez. Outras mudanças vêm sendo preparadas, como a Reforma Trabalhista que poderá flexibilizar/retirar direitos trabalhistas conquistados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Há ainda a Reforma da Previdência recém enviada ao Congresso Nacional pelo Michel Temer cujo principal conteúdo é a mudança do tempo de contribuição – será necessário trabalhar 49 anos para quem deseja aposentadoria integral. No Congresso Nacional e Senado avançam projetos que trazem prejuízos a classe trabalhadora como por exemplo o PL 4330/04 que propõe a regulamentação da terceirização das atividades fim nos diversos setores e a PEC 87/15 a qual propõe a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023 e seu aumento gradativo

podendo chegar até 30% do total arrecadado. Essa última PEC poderá causar um impacto nefasto para o campo da seguridade social, uma vez que parte do que for arrecadado, em vez de ser investido em políticas sociais, poderá ser utilizado para pagar os juros da dívida pública brasileira.

Recentemente foi votada e aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55. Essa PEC, denominada de PEC do Teto de Gastos pelo governo federal e de “PEC da morte” por partidos e movimentos de esquerda, apresentada pela equipe econômica de Michel Temer (PMDB), limita os investimentos em Saúde, Educação, AS e Previdência Social pelos próximos vinte anos. A proposta institui o nome Regime Fiscal que determina que as despesas não poderão crescer acima da inflação acumulada no ano anterior (PEC, 2016). Quem sofrerá o maior impacto será a população mais pobre que depende essencialmente dos serviços públicos os quais estarão mais sucateados.

Com um menor investimento em políticas sociais e a elevada taxa de desemprego no país, a tendência é ocorrer um crescimento da demanda por AS. Por outro lado, desde 2015, mas essencialmente após o Presidente interino assumir, os Programas de transferência de renda estão sendo revisados e muitas famílias tem sido excluídas dos Programas de Transferência de Renda. Este cenário fornece uma amostra do desafio que existe para que a AS seja tanto consolidada enquanto uma política pública quanto ampliada. Um outro desafio é a construção de práticas profissionais que propiciem o protagonismo e a autonomia dos sujeitos atendidos nos serviços (nomeados comumente como usuários), além da produção de subjetividade singularizada.

A implementação do SUAS acabou abrindo um novo campo para o trabalho dos(as) psicólogos(as) na política social, pois este passou a ser integrante das equipes dos estabelecimentos assistenciais. Alguns trabalhos (SENRA, GUZZO, 2012; NEVES, SANTOS, 2013; DENTS, OLIVEIRA, 2013; XIMENES, PAULA, BARROS, 2009) acerca da atuação do psicólogo nesse campo trazem problematizações interessantes, apontando que muitas vezes as práticas são de controle, adaptacionistas e centradas na ação individualizada, sendo contrárias as orientações da PNAS (BRASIL, 2004) e das referências técnicas para a atuação do psicólogo nos estabelecimentos assistenciais (CREPOP, 2007; CFESS, 2007). Diante deste cenário surgiu a necessidade de se construírem práticas e pensarem referenciais que subsidiem o trabalho neste campo. Alguns trabalhos já vem sendo desenvolvidos e publicados, mas grande parcela deles são realizados a partir da ótica do pesquisador que vai a campo investigar o objeto e escrever sobre ele. Desejávamos um outro instrumental para a

produção de conhecimento que nos possibilitasse incluir a reflexão sobre a práxis e conjugar um conjunto de referenciais que nos são caros para a compreensão e ação no campo.

Nosso percurso em Psicanálise do campo de Freud e Lacan e a aproximação com o campo da Assistência Social colocou para nós uma questão: Qual poderá ser a contribuição da psicanálise neste campo?

Este trabalho surgiu a partir de conjunto de indagações e incômodos que surgiram desde o 3º ano de graduação em Psicologia quando iniciei a participação no Projeto de Extensão “Direitos Humanos: um processo em conscientização”. Naquela época, como estagiária do curso de Psicologia, pude vivenciar um pouco do trabalho do(a) psicólogo(a) na política pública de Assistência Social, mais especificamente junto ao antigo Programa Sentinela – Programa que atendia, no âmbito da AS, crianças e adolescentes vítimas de sexual e suas famílias. A experiência nos proporcionou conhecer um pouco o campo, mas ainda restou a questão de se e como a psicanálise poderia contribuir. Desta experiência surgiram as inquietações e o tema do projeto.

O mestrado, longe de ser apenas uma etapa da formação para a docência no ensino superior, foi também uma necessária etapa de aprendizado enquanto trabalhadora. Embora ao ingressar no mestrado não estivéssemos trabalhando na Política de Assistência Social, a escolha de trabalhar com o Dispositivo Intercessor (DI) nos colocou a tarefa de fazer a reflexão a partir da vivência de trabalhadora, portanto, a necessidade de inserção no campo a partir da posição de trabalhadora e não de pesquisadora. Isso colocou várias dificuldades e imprevistos em nosso percurso, contudo, não impossibilitou o trabalho.

A partir do Dispositivo Intercessor (DI), criação de Abílio da Costa Rosa e que vem se materializando e ganhando contornos por seus orientandos nos mestrados e doutorados, foi possível se inserir no campo da Assistência Social em uma outra posição, estando precavida por referenciais teórico técnicos e ético políticos transdisciplinares: Análise Institucional de René Lourau e Georges Lapassade, Materialismo Histórico de Marx, Filosofia da Diferença e a Psicanálise do campo de Freud e Lacan. Esses instrumentos teóricos possibilitam executar um trabalho na dimensão da práxis, isto é, de uma atividade prático-crítica. O DI possui dois momentos: a) Dispositivo Intercessor como práxis do intercessor encarnado, isto é, um tempo de inserção na práxis comum a partir da posição de trabalhador, e, b) Dispositivo Intercessor como meio de produção de conhecimento (DIMPC), etapa em que o intercessor, na posição de pesquisador, irá refletir e escrever sobre a sua experiência de trabalhador, subsidiado por seus referenciais teóricos.

Nossa inserção aconteceu em um município de pequeno porte de uma cidade do oeste de São Paulo. A partir de um pedido à Secretaria de Assistência Social daquele município, que foi aceito, passamos aproximadamente um ano trabalhando junto aos estabelecimentos institucionais da Assistência Social daquela cidade, a saber, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Casa de Acolhimento. Por um período participamos também da Rede de Atenção à Violência Sexual e tivemos a experiência de participar de uma Conferência Municipal de Assistência Social. Desta vivência, que suscitou mais questionamentos do que respostas, fizemos nossas reflexões. E como sabemos não ser possível encontrar o último significante, nesta dissertação propusemos abordar algumas questões que julgamos necessárias a um(a) trabalhador(a) deste campo.

O processo atuação profissional-reflexão pesquisa que deu origem a esta dissertação foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, protocolo nº 46421515.6.0000.5401, em agosto de 2015. Os participantes da intercessão-pesquisa, que inclui a Secretaria de Assistência Social do município, os trabalhadores e os sujeitos (ditos usuários) dos estabelecimentos assistenciais, assinaram voluntariamente o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo claro que algumas situações vivenciadas conjuntamente com eles, e relatadas no diário de intercessão, poderiam ser objeto de reflexão em nossos ensaios. O diário de intercessão, antes de ser um conjunto de dados para posterior reflexão do intercessor-pesquisador, foi também um instrumento para a reflexão do cotidiano do trabalho enquanto o mesmo se processava no cotidiano. No que se refere aos nomes e informações que poderiam identificar as pessoas e o município, por uma questão ética, foram excluídas e optamos por utilizar nomes fictícios e siglas. As situações que relatamos brevemente na dissertação, embora singulares, possuem um caráter ilustrativo de situações cotidianas que poderiam ocorrer em outros municípios e estabelecimentos institucionais, isto é, utilizamos como objetivo de ilustrar certas passagens e não para meramente fazer uma exposição pessoal ou social.

Cada texto foi escrito pensando tanto nos trabalhadores quanto nos estudantes que poderão um dia vir a trabalhar no campo da assistência social. Entendemos que uma dissertação deva ir para além das prateleiras da biblioteca e do cumprimento das obrigações da pós-graduação, ela precisa possibilitar uma conversa com os sujeitos daquele campo. Conforme declarou Foucault (1979, p. 42) o papel do intelectual é “o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade, da ‘consciência’, do discurso”. Diante disso, nossa pretensão é se

distanciar da produção de um “conhecimento colonizador” e se aproximar da construção de um “conhecimento prudente” (SANTOS, 2002, p. 74) situado no que Santos (idem) nomeou como Paradigma Emergente, pautado no princípio da responsabilidade. Nosso desejo é de elaborar algo próximo do que Deleuze e Guattari (1995) chamaram de um livro que não fosse livro, isto é, um livro que não fizesse metodologias a serem reproduzidas, e sim estivesse aberto a dialogar, construir junto e produzir movimentos e devires.

Procuramos, na medida do possível, explicitar os principais conceitos com os quais trabalhamos e escrever o texto de um modo mais acessível, ainda que procurando manter a cientificidade e o rigor que a universidade estabelece. A trilha percorrida por nós para elaborar a sequência de ensaios segue uma lógica específica. Partimos da pergunta: o que um trabalhador precisa conhecer/refletir/problematizar para atuar na Assistência Social? Seguimos questionando o que pode ser produzido na Assistência Social enquanto uma instituição. E continuamos com algumas reflexões acerca das práticas que existem e práticas outras que são possíveis de serem realizadas. Isso nos levou a compor um conjunto de textos que visavam trazer alguns ensaios de resposta a estas questões.

A dissertação é composta por três ensaios. O ensaio, enquanto um outro modo de exposição do saber construído, diferentemente do modo tradicional em capítulos, possui como especificidade o fato de que, como escrita condensada, “obedecem à pretensão de compor um conjunto com certa unidade, mas de tal modo que cada um possa também manter a autonomia da circulação, dados os aspectos específicos do tema tratado” (COSTA-ROSA, 2013, p. 9). No que se refere ao tempo verbal utilizado nos textos, o leitor encontrará dois. Na maior parte do tempo empregamos a primeira pessoa do plural, uma vez que “o modo de construção do saber do qual partimos é sempre coletivo” (PÉRICO, 2014, p. 18), logo, podemos dizer que o texto foi escrito por muitas mãos, mesmo que apenas duas delas tenha efetuado o exercício de transposição das reflexões para o papel. Em alguns pequenos trechos do texto fizemos uso da primeira pessoa do singular; estes momentos correspondem ao relatos da minha experiência no campo da Assistência Social.

No primeiro ensaio apresentamos um conjunto de reflexões acerca da PNAS e do SUAS. Para introduzir a questão, situamos o Modo Capitalista de Produção (MCP), fizemos uma breve caracterização da questão social e do processo histórico-político que deu origem a Assistência Social como política social no Brasil. Discutimos alguns aspectos essenciais da PNAS, problematizando cada princípio e cada diretriz. Lançamos questionamentos sobre o processo de seleção/inclusão dos sujeitos e famílias nos Programas de transferência de renda e programas, acerca da vigilância socioassistencial e da organização por níveis de

complexidade. E, a título de exercício epistemológico acrescentamos um horizonte, a saber, a Produção Social de qualidade de vida e uma nova ordem governativa da cidade.

No segundo ensaio discutimos a instituição Assistência Social como dispositivo social de produção de subjetividade. Cabia-nos pensar que tipo de subjetividade é possível produzir nesta instituição, se mais alienadas e sintônicas com o MCP ou se era possível encontrar brechas e trabalhar tendo como horizonte a produção de subjetividades mais singularizadas e desejantes. Neste percurso, conceituamos instituição a partir da Análise Institucional e demarcamos a existência de dois paradigmas alternativos e contraditórios entre si, o Paradigma Caridoso Filantrópico Assistencialista (PCFA) e o Paradigma do Sujeito de Direitos conceituados por Souza (2015). Assinalamos a Assistência Social como palco de lutas sociais, apontamos sua consistência, o funcionamento institucional, as contradições existentes, as funções produtivas e demarcamos a instituição enquanto intermediário necessário e suas formas de intermediação.

O terceiro ensaio traz as contribuições do Dispositivo Intercessor ao trabalhador das Políticas Públicas. Apresentamos o Dispositivo Intercessor (DI) enquanto um meio de produção de saber na práxis comum (trabalho) e na práxis universitária e refletimos acerca das contribuições da psicanálise ao campo da AS. O DI consiste em dois momentos distintos: O DI enquanto práxis do intercessor encarnado, quando o intercessor está em campo trabalhando e produzindo saberes juntamente com os demais trabalhadores, e, o Dispositivo Intercessor como meio de produção de conhecimento (DIMPC), momento em que, na função de intercessor-pesquisador, o intercessor faz uma reflexão sobre sua experiência na práxis, subsidiado pelos referências do DI. Para fazermos nossa reflexão, discutimos um pouco do que foi possível realizarmos em nosso período de inserção institucional na Assistência Social a partir dos referenciais teórico, ético e político que subsidiam o DI. Além disso, discutimos as possibilidades do trabalho - nos estabelecimentos assistenciais - tendo como referência teórica e ética a psicanálise do campo de Freud e Lacan. Aos trabalhadores e estudantes fica o convite para a leitura. Dar-nos-emos por satisfeitos se conseguirmos “interessa-los um pouco” (LACAN, 2006, p. 46).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Proposta de emenda à Constituição. Altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7607C16C1FC28

9926801C3EEE7943B7B.proposicoesWebExterno2?codteor=1514097&filename=PEC+287/2016>. Acesso em 22 dez 2016.

COSTA-ROSA, A. *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo: Unesp, 2012.

CREPOP. *Referência Técnica para atuação do (a) Psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: DF, 2007.

CFESS. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social* / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). -- Brasília, CFP/CEFESS, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DENTS, K. K. M. V., OLIVEIRA, E. L. C. O psicólogo no CRAS: uma nova experiência. *Psicologia em Foco*, Frederico Vestphalen, v. 5, n. 5, jul, p. 82-100, 2013. Disponível em <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1103/1580>>. Acesso em 12 out 2014.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Giller Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.

LACAN, J. Meu ensino (1967-1968). Tradução Andre Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NEVES, C. M.; SANTOS, M. I. S. A psicologia e suas interfaces na política da assistência social: experiências com crianças e adolescentes em situação de rua. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 335-248.

PEC 55, que congela gastos sociais, é aprovada em 2º turno no Senado. Carta Capital, 13 dez, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/pec-que-congela-gastos-sociais-e-aprovada-em-segundo-turno-no-senado>>. Acesso em 22 dez 2016.

PÉRICO, W. *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia Outra: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 164f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p.293-299, mai/ago, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006>. Acesso em 23 nov 2014.

SOUZA, W. A. *O campo da Assistência Social e seus processos: um campo de intercessão*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 162f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

XIMENES, V. M., PAULA, L. R. C., BARROS, J. P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia ciência e profissão*. Brasília, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000400004>>. Acesso em 08 nov 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as políticas sociais em geral, e, de modo mais particular, sobre a política de AS e o trabalho do psicólogo – precavido pela psicanálise do campo de Freud e Lacan – neste campo demanda considerá-la no contexto das contradições de uma sociedade organizada pelo MCP. De acordo com Vieira (1992, p. 22) “a política social é uma maneira de expressar as relações sociais cujas raízes se localizam no mundo da produção”. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do MCP e, objetivado por meio de instituições, organiza a reprodução das relações sociais fazendo o papel de regulador dessas relações. A forma com que o Estado está organizado e suas características possuem um papel determinante no surgimento e ampliação de políticas que fazem face aos interesses dos diferentes membros de uma sociedade, seja da elite ou dos pobres. Sendo assim, as políticas sociais necessitam ser pensadas enquanto respostas do Estado às expressões da “questão social” e estando situadas no confronto de interesses de classes sociais distintas. Elas constituem-se enquanto uma resposta do Estado à materialização das contradições entre capital e trabalho e tem como objetivo reduzir ou mesmo compensar os efeitos nefastos de um modo de produção organizado sob a égide do Capital, expresso nas mais variadas expressões da “questão social”. Contraditoriamente, há uma dupla funcionalidade nestas políticas, pois se por um lado asseguram a reprodução do Capital, por outro lado incorporam algumas demandas dos trabalhadores. O Estado, na busca de obter legitimação por meio do jogo democrático, é permeável a demandas dos setores empobrecidos da população que podem fazer incidir suas reivindicações na agenda política.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 demarcou a obrigação do Estado de garantir um conjunto de ações cuja finalidade é assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à AS, enquanto tripé da Seguridade Social brasileira. Essa representa uma das principais conquistas da Constituição, pois houve um avanço na concepção e ampliação do acesso aos direitos sociais após 1988. A constituição da Seguridade Social trouxe algumas inovações no campo das políticas sociais, principalmente para a AS, no que se refere a gestão e organização. Enquanto política de proteção social, inserida na Seguridade Social, a AS passou a situar-se no campo dos direitos e da responsabilidade estatal. Mas apesar do avanço constitucional, a AS só foi regulamentada em 1993 e efetivada a partir de 1995.

A regulamentação por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) e o início da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) inauguraram a construção de um novo tempo para a AS. Mas devido à sua forte vinculação histórica com a

caridade, a filantropia e o assistencialismo, ainda há um longo percurso para a consolidação da AS como um direito social. Por muito tempo a execução da AS ficou a cargo da igreja, de entidades filantrópicas e assistencialistas, com práticas que podem ser situadas no Paradigma Caridoso Filantrópico Assistencialista (PCFA). A herança assistencialista que se consolidou a partir da matriz do favor, do mando, do clientelismo e do apadrinhamento (YAZBEK, 2007) consolidou práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, além de uma cultura de tutela, formas que ainda precisam ser paulatinamente rompidas para a consolidação da AS como um direito de cidadania. Apesar dos avanços, uma das grandes dificuldades existentes no curso das mudanças na AS é a cultura da ajuda e da caridade em detrimento da consciência crítica acerca do dever do Estado de garantir um direito social.

A criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil trouxe uma série de avanços, especialmente no que tange a instrumentos para a superação do PCFA e elevação da AS ao estatuto de uma política social. Todavia, uma análise do SUAS mostra que, enquanto conjunto institucional a serviço de uma política social, por ter sido baseado na estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), herdou desse uma de suas formas de ação mais perversas: a de deslocar para os sujeitos e à família a responsabilidade de resolver os problemas que são efeitos produzidos pelo MCP. Ainda que no discurso da AS ganhe destaque o tema da promoção de autonomia dos sujeitos, uma análise mais aprofundada dele e das práticas revela que muitas vezes ainda se realiza, sobretudo, o controle da pobreza e a gestão dos riscos sociais.

Ao fazer esta análise não estamos querendo dizer que o Estado não deva ser responsável pela execução de AS e nem que os trabalhadores e sujeitos não devam lutar por ela. A AS foi definida como um direito na Constituição Federal e deve ser não somente garantida como também ampliada, entretanto, não deve ser tomada como a panaceia quanto à solução da desigualdade social. O SUAS é uma conquista, no entanto, está permeado por contradições diversas, uma vez que sua construção se dá no bojo da luta de classes. É necessário ter claro que ainda há um longo percurso a percorrer – inclusive no que se refere a luta por hegemonia paradigmática –, tanto no plano da política e organização do sistema (pela manutenção e ampliação da AS) quanto no das práticas dos trabalhadores.

Enquanto peça fundamental no Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH), a AS, no âmbito de suas práticas, pode garantir a reprodução de relações sociais dominantes que tem como efeito a produção de subjetividades capitalísticas, serializadas e alienadas, ou então ser um dispositivo de produção de novas relações sociais que tenham como efeito a produção de

subjetividades mais singulares, criativas e desejantes. O tipo de [re]produção institucional irá depender de qual paradigma – PCFA ou PSD – estiver organizando sob sua lógica os discursos, os saberes e as práticas institucionais. Conforme Souza (2015), a promulgação da LOAS e a implantação do SUAS abriu uma importante brecha para a mudança do paradigma PCFA para o PSD, o qual possui como horizonte a produção de subjetividade singularizada e desejante e cuja ética se orienta na direção do desejo, do carecimento e do protagonismo do sujeito.

Os trabalhadores são peças fundamentais para os movimentos instituintes na AS e a consequente mudança paradigmática – do PCFA ao PSD. A construção de uma AS mais condizente com as necessidades e os desejos dos sujeitos (ditos usuários) necessita ser feita a partir de uma parceria entre atores institucionais – trabalhadores e os próprios sujeitos atendidos. Somente o rompimento com os discursos e práticas situadas no PCFA e a construção de práticas orientadas por uma outra lógica paradigmática poderá promover de fato o protagonismo e a autonomia dos sujeitos atendidos. Ainda que o PCFA pareça ser inabalável, apostamos que seja possível ir construindo um outro modo de realizar atenção sócio assistencial por meio das micropolíticas. O PSD, enquanto horizonte, pode servir de inspiração aos trabalhadores que por ventura desejem se posicionar de modo crítico e ético em prol dos sujeitos.

Há um conjunto de questões a serem consideradas pelos trabalhadores que estejam implicados com a AS. É imprescindível que realizem uma apropriação dos documentos da AS e possam fazer uma reflexão constante e crítica sobre eles. É necessário também um olhar problematizador sobre as práticas desenvolvidas nos estabelecimentos assistenciais para que essas não tenham efeitos disciplinadores e tuteladores dos sujeitos atendidos. Isso demanda que o(a) trabalhador(a) possa se instrumentalizar com referenciais teóricos, éticos e políticos de natureza interdisciplinar – e mesmo transdisciplinar – que possam dar subsídios para a construção de práticas que visem a defesa da cidadania, a promoção de autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

No que se refere especificamente ao psicólogo, o trabalho na AS ainda constitui um grande desafio aos profissionais por uma diversidade de motivos. No plano institucional da política social de AS ainda estão presentes “a falta de recursos disponibilizados pelo Estado para infraestrutura e a falta de material para capacitação dos profissionais, o que concorre para dificuldades nas condições para o trabalho” (ALBERTO; FREIRE; LEITE, et al, 2014, p. 161). Em suma: o Estado e os municípios não ofertam suportes suficientes para que o profissional psi e os demais trabalhadores possam efetivar a garantia de direitos. Nesse

mesmo plano há, ainda, outros entraves: a desarticulação da rede, a falta de equipes consolidadas e capacitadas e o pouco conhecimento dos trabalhadores e sujeitos sobre o SUAS.

No plano das práticas psicológicas no SUAS evidencia-se que muitas delas acabam sendo muito mais de controle do que de cuidado e defesa de direitos, realizando a gestão da pobreza e a ortopedia das condutas dos sujeitos atendidos. Nesse sentido, ao problematizar a construção do objeto de intervenção da Psicologia e seus efeitos, Canguilhem (1972) assinala que, apesar dos inúmeros projetos metodológicos, a Psicologia historicamente fez ciência referenciada na teoria geral das condutas, definindo o que é conduta normal e patológica. E apesar de que, nas últimas décadas vem acontecendo um movimento de crítica a esse modelo e a proposição de novos olhares e modos de atuar, conforme Pedro e Moreira (2013, p. 74) destacam “[...] a Psicologia parece ainda deambular por entre vias que, com certa frequência, silenciam o outro: os sujeitos com quem trabalha e/ou os objetos de sua intervenção na AS”.

Por outro lado já há um conjunto de trabalhadores que vêm se propondo a executar novas práticas mais condizentes com o desejo e necessidade dos sujeitos atendidos. Também é possível encontrar na literatura um conjunto de trabalhos que fazem a crítica às tecnologias disciplinares e aos processos de normalização social e que avançam para uma clínica ampliada – inspirada no que se tem feito do SUS – no campo da AS, contudo, muitos desses trabalhos ainda permanecem somente no plano do sujeito social e histórico (BENELLI, 2014). Quando se visa ao homem como sujeito é fundamental incluir, além das dimensões culturais, sociais, políticas e históricas, também uma característica que o distingue: ser um sujeito de linguagem e de desejo (BENELLI, 2014). O Sujeito é desejo! Lacan (1988) afirma que a única coisa da qual se pode ser culpado é de ter cedido de seu desejo. Mas afinal, o que um sujeito deseja? O que é possível, a partir de Freud, é cada um se interrogar acerca de seu próprio desejo. A ética da psicanálise coloca o sujeito diante da pergunta formulada por Lacan (idem, p. 364) “Agiste em conformidade com teu desejo?”, cuja resposta só poderá ser dada pelo próprio sujeito, portanto, uma resposta singular. Eis a essencial contribuição da Psicanálise do campo de Freud e Lacan para o campo da AS: ofertar a possibilidade do sujeito se interrogar acerca do seu desejo, produzir saber sobre si e resolver os seus impasses. A grosso modo deslocar-se do lugar de objeto (coadjuvante) de intervenção da caridade, filantropia e assistencialismo para assumir o lugar de sujeito de direitos, ou melhor, protagonista de sua história, sem desconsiderar as contradições da realidade onde habita.

A Psicanálise de Freud e Lacan considera que a subjetividade inclui necessariamente o plano do inconsciente, os três registros – real, simbólico e imaginário –, os processos de

constituição do sujeito (alienação e separação), as modalizações clínicas (por recalçamento, forclusão e renegação) e os tipos clínicos derivados delas (neurose, psicose e perversão), e os impasses subjetivos. Quanto aos limites e as possibilidades da Psicanálise nesse campo, Scarparo (2008, p. 117) assinala que “Os limites são os da castração no encontro com o Real, que nos assujeita à linguagem, e as possibilidades são aquelas que encontramos quando levamos à consequência ‘não aceder de seu desejo’”.

Em um campo no qual os sujeitos que chegam estão marcados pela ausência de cidadania e pelo sofrimento de estar à margem da sociedade, ocupando muitas vezes o lugar de resto na sociedade, de desamparados sociais, a psicanálise traz a potência de poder oferecer uma escuta que permita ao sujeito que ele possa romper com esses lugares e discursos – “coitadinho, pobrezinho, dentre outros” – que o marcaram, abrindo espaço para a enunciação e o aparecimento não somente da demanda, mas sobretudo do desejo. “E na medida que se possibilita a condição desejante, abre-se uma via de exercício da cidadania” (SOARES, SUSIN; WARPECHOWSKI, 2010, p. 156).

Nosso percurso enquanto psicóloga no campo da AS foi balizado não apenas pela Psicanálise, mas também por um conjunto de referenciais também de natureza interdisciplinar, a saber: o Materialismo Histórico de Marx, a Filosofia da Diferença, a Análise Institucional (AI) e o conceito de intercessor de Deleuze. Mais do que pensar a inserção de um(a) psicanalista na AS, nosso objetivo foi refletir acerca do que pode fazer um psicólogo – precavido pela psicanálise do campo de Freud e Lacan nos estabelecimentos assistenciais da AS enquanto política social ofertada pelo Estado brasileiro. Encontramos no Dispositivo Intercessor (DI) um instrumento teórico, ético e político para balizar o nosso trabalho tanto na práxis comum (trabalho na AS) como também na práxis universitária (a produção de um texto acadêmico como uma dissertação). O DI oferta um conjunto de referenciais teóricos, éticos e políticos que podem contribuir com a práxis no campo da AS. No nosso caso nos servimos, sobretudo, do Materialismo Histórico com sua dialética e da Psicanálise do campo de Freud e Lacan com sua ética (Ética do Sujeito) e procuramos nos posicionar enquanto trabalhadora-intercessora.

O(a) trabalhador(a)-intercessor(a), em virtude de seu posicionamento teórico, ético e técnico, possui uma maior possibilidade de visualizar, fomentar e ocupar as brechas instituintes que possam surgir nos estabelecimentos assistenciais. Ao ocupar essas brechas o trabalhador-intercessor pode driblar as relações cristalizadas na instituição – que reproduzem formas de dominação e controle da população – e ir construindo junto ao coletivo de trabalhadores novos modos de interceder junto aos sujeitos e à instituição. Concordamos com

Souza (2015) que provém do próprio posicionamento de trabalhador-intercessor “[...] a hipótese, a ser verificada em cada situação particular, de que sempre há brechas abertas nas estruturas instituídas dominantes, ou a possibilidade de criar estratégias coletivas de abri-las. As brechas, claro, irão depender também da permeabilidade do campo a mudanças e da possibilidade de construí-las coletivamente. E, se na dureza do cotidiano de trabalho, o PSD se mostra inatingível, conforme assinala Shimoguri (2016, p. 131) “[...] por outro lado, o trabalhador-intercessor-pesquisador já não está precavido pelos impossíveis freudianos? Impossível governar, educar e curar o outro”. O reconhecimento, tanto das possibilidades quanto dos limites, deve ser um antídoto para o risco da onipotência, embora não nos impeça de sofrer com as situações adversas.

Em nossa experiência compreendemos que a Psicanálise, por incluir a dimensão do sujeito de desejo – e como seu corolário a escuta do inconsciente –, pode trazer grande contribuição com o campo da AS. Entretanto, entendemos também que para o trabalho nas políticas sociais é importante que os trabalhadores possuam condições de fazer uma análise crítica do campo institucional em que trabalham e das práticas que realizam. Isso demanda estar devidamente instrumentalizado para tal. Os referenciais teóricos técnicos e éticos políticos críticos e transdisciplinares devem compor a caixa de ferramenta dos trabalhadores. Com tais ferramentas é possível interceder nos processos de produção de assistência e também no coletivo de trabalhadores.

Os especialismos, ou seja, a falta de um objeto comum e de um referencial que conjugue a formação e a prática dos trabalhadores tem impedido, ou ao menos dificultado, a construção de um coletivo de trabalho que vise uma produção de assistência sócio assistencial na direção do interesse dos sujeitos. A Psicologia, do mesmo modo que outras disciplinas, é capaz de ofertar diferentes modalidades transferenciais para os sujeitos. Ser um(a) trabalhador(a) intercessor(a) precavido pelos referenciais do DI e, sobretudo, pela Psicanálise do campo de Freud e Lacan, oferece a possibilidade de ofertas transferenciais de cunho mais simbólico – ainda que isso não exclua também a oferta de algum auxílio material –, abrindo espaço para que o sujeito possa se implicar em sua questão e encontrar suas próprias respostas. Ser um trabalhador-intercessor não é exclusividade dos psicólogos, ele poderá ter outras profissões, mas precisará atender a condição mínima de ter superado o princípio disciplinar (sujeito-objeto).

Na finalização deste trabalho mais questões se abrem do que se fecham. Não tínhamos a pretensão de esgotar o assunto, mas de abri-lo, interroga-lo e trazer as contribuições que nos fossem possíveis. Temos claro que não é possível encontrar o último significante. E isso é

muito bom! Por isso mesmo há a possibilidade de novas buscas, novas interrogações, reflexões e produções desejantes. É exatamente a falta (falta-a-ser) que coloca a possibilidade do desejo. Ainda há muito que ser, não somente pesquisado, como também experimentado e criado no campo da AS. Nosso desejo, no que se refere a essa dissertação, é que um conjunto de outros sujeitos desejem continuar nossas reflexões teóricas e que os trabalhadores do campo possam se servir delas não como uma manual que apresenta modelos de como fazer, mas como um ponto de partida para a construção de práticas que tenham como meta ética a produção de subjetividade singularizada e de uma AS comprometida com a defesa de direitos dos sujeitos por ela assistidos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. F. P; FREIRE, M. L; LEITE, F. M; et al. As políticas públicas de Assistência Social e a atuação profissional dos(as) Psicólogos(as). In: OLIVEIRA, I. F; YAMAMOTO, O. (Orgs). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. Belém: ed.ufpa, 2013. p. 127-174.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. *Estudos de psicologia* (Campinas) [online], v. 31, n. 2, p. 269-287, abr/jun, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CANGUILHEM. G. O que é a Psicologia? *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 104-123, 1972.

LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-60). Tradução Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

PEDRO, R. M. L. R; MOREIRA, M. C. Da utopia à construção de práticas psicológicas no campo da Assistência Social ou da psicologia no encontro com o outro. In: CRUZ, L. R; RODRIGUES, L; GUARESCHI, N. M. F. *Interloções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013. p. 69-77.

SCARPARO, M. L. D. *Em busca do Sujeito Perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades*. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo-histórico para a terapia ocupacional: uma clínica do desejo e do carecimento na saúde coletiva. 2016. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016.

SOARES, J. N; SUSIN, L; WARPECHIWSKI, M. B. A clínica ampliada na assistência social. In: CRUZ, L. R; GUARESCHI, N. (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 151-161.

SOUZA, W. A. *O campo da Assistência Social e seus processos: um campo de intercessão*. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

VIEIRA, E. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

YAZBEK. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 6ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2007.